

Nota sobre a informação e debates nos Restantes Parlamentos nacionais da União Europeia referente à Cooperação Estruturada Permanente no Domínio da Segurança e Defesa

1. Contexto

Na sequência da adoção da decisão do [Conselho, do passado dia 11 de dezembro de 2017](#), que estabeleceu uma Cooperação Estruturada Permanente (CEP) no domínio da Segurança e Defesa¹, foi-nos solicitado que fosse dada nota do grau de informação e debate nos restantes Parlamentos nacionais da União Europeia (UE) sobre a matéria.

A síntese aqui reproduzida contém o estado da arte da informação e debate nos Parlamentos nacionais (Pn) em dois momentos distintos: antes da maioria dos Estados-membros (EM) notificar a intenção de participar na CEP (ou seja, 13 de novembro) e depois da adoção da decisão.

A presente nota inclui, ainda, informação sobre se os diferentes Planos Nacionais de Implementação (PNI) são do conhecimento dos Pn e se os mesmos se consubstanciam em documentos de acesso público ou restrito.

2. Questões colocadas

O conteúdo desta nota resulta das respostas a três questionários, lançados em momentos diferentes do processo, com o seguinte conteúdo:

1. A notificação de participação na CEP foi comunicada ao Parlamento antes de ser transmitida ao Conselho e à Alta Representante? Em caso afirmativo, é possível aceder a uma cópia ou sumário do referido conteúdo?
2. Tem havido debates nas comissões e/ou no plenário sobre a CEP (antes ou depois da decisão do Conselho)?
3. Em caso afirmativo, existe alguma informação disponível sobre os temas abordados?

¹ Associaram-se à CEP, a **13 de novembro de 2017, 23 EM**: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia e Suécia. **A 7 de dezembro de 2017**, a Irlanda e Portugal. A Dinamarca, Malta e Reino Unido não participam.

4. O Parlamento recebeu informação sobre o Plano Nacional de Implementação?
5. Em caso afirmativo, a informação é pública ou confidencial?
6. Caso seja pública, encontra-se a mesma disponível na internet, nomeadamente no sítio web do Governo ou do Parlamento?

De referir, que as questões 2 e 3 decorreram de um questionário lançado pelos colegas do Bundestag alemão, sendo as restantes da autoria da subscritora da presente Nota.

3. Ponto de situação dos debates sobre a CEP a 10 de novembro de 2017

O ponto de situação aqui reproduzido resulta de uma questão colocada antes da audição dos Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, agendada para a mencionada data, na CAE, três dias antes das primeiras 23 notificações de adesão à CEP.

Obtivemos resposta de 21 Câmaras Parlamentares de 17 EM, verificando-se que, dos respondentes², **11 Câmaras de 9 EM** tinham recebido informação e/ou debatido com os respetivos Governos a notificação de participação na CEP, tendo sido, assim, envolvidos no processo prévio:

- **Alemanha** (Bundestag): o Bundestag foi informado, em cumprimento do “ [Ato de Cooperação entre o Governo Federal e o Bundestag em matéria de Assuntos Europeus](#)”. A informação sobre a CEP encontrava-se, à data, igualmente publicada em diversos sítios da internet, de vários ministérios, a saber:
 - ✓ Versão inglesa da [página informativa do Governo Federal sobre o Conselho Europeu de 19 e 20 de outubro](#) (último parágrafo);
 - ✓ [Página do Ministério da Defesa de 6 de novembro de 2017](#) e de [7 de novembro de 2017](#) (versões apenas em Alemão).

- **Eslováquia** (Národná Rada): o Governo eslovaco aprovou a participação na CEP a 8 de novembro de 2017, tendo informado o Parlamento da intenção de notificação ao

² Não responderam: a Câmara dos Representantes belga; os Senados checo, polaco e holandês; o Bundesrat alemão; as duas câmaras dos Parlamentos francês, italiano e romeno; a Câmara dos Lordes e os parlamentos unicamerais da Bulgária, Estónia, Hungria, Croácia, Lituânia, Luxemburgo e Malta (país que não participa na CEP).

Conselho e à Alta Representante, no âmbito de um debate ocorrido a 18 de outubro com a Comissão de Assuntos Europeus (CAE).

- **Eslovénia** (Drzavni zbor e Drzavni svet): a questão foi debatida antes da notificação de adesão à CEP.
- **Finlândia** (Eduskunta): a participação na CEP foi debatida, nomeadamente como parte da discussão do “Livro Branco da Defesa”, aprovado pelo Parlamento finlandês em fevereiro de 2017. Desde essa data e até à notificação, o Parlamento foi frequentemente informado dos desenvolvimentos subsequentes.
- **Grécia** (Vouli ton Ellinon): o Governo informou o Parlamento de que iria participar na CEP, mas não ocorreram debates específicos sobre a matéria, na medida em que o enquadramento legal não exige uma tomada de posição prévia por parte do Parlamento helénico.
- **Holanda** (Tweede Kamer): a Câmara baixa tinha conhecimento de que o Governo holandês entregaria a notificação, aguardando que o respetivo texto fosse partilhado, com caráter de confidencialidade. Dois Grupos Parlamentares - Socialistas e PVV (pertencentes à família europeia do Grupo Europa das Nações e da Liberdade) - apresentaram projetos de resolução contra a participação na PESCO, que foram rejeitados.
- **Irlanda** (Houses of the Oireachtas): em novembro estava em elaboração, nas duas Câmaras, uma posição sobre a matéria para envio ao Governo, estando programado um debate para data posterior.
- **Letónia** (Saeima): o Parlamento foi informado previamente e emitiu uma posição/resolução. A informação é de acesso limitado.
- **Suécia** (Riksdag): as Comissões de Negócios Estrangeiros, de Defesa e de Assuntos Europeus foram informadas previamente à notificação de participação.

10 Câmaras parlamentares de 8 EM responderam, indicando não ter recebido qualquer informação dos respetivos Governos: Áustria (as duas câmaras), Bélgica (Senado), Chipre, República Checa (Câmara baixa), Sejm polaco, Espanha (as duas câmaras); Reino Unido (Câmara dos Comuns) e Dinamarca - que não participam na CEP.

4. Ponto de situação dos debates parlamentares sobre a CEP a 2 de fevereiro de 2018

O estado da arte dos debates sobre a CEP nos diversos Pn, a 2 de fevereiro pp., resulta das perguntas 2 e 3 do ponto 1 da presente Nota, feitas pela Representante Permanente do Bundestag alemão, como *follow up* à questão por nós inicialmente lançada. Pretendia-se aferir se os Pn se encontravam a debater o tema e, em caso afirmativo, se seria possível aceder aos referidos debates.

Verificou-se que, das respostas obtidas, em **17 Câmaras de 14 EM** ocorreram debates sobre a matéria:

- **Alemanha** (Bundestag): a CEP foi objeto de [debate](#) no “*Main Committee*” a 4 de dezembro de 2017, na sequência da apresentação de uma moção do Grupo Parlamentar “*Die Linke*” (“A Esquerda”). O foco do debate centrou-se nos direitos de informação do Bundestag face ao Governo federal. Debateu-se ainda o enquadramento legal da CEP.
- **Bélgica** (C. dos Representantes): encontra-se agendado um debate para março e, posteriormente, a apreciação de dois Projetos de Resolução.³
- **Dinamarca** (Folketing): a Dinamarca não participa na CEP. Ainda assim, o tema foi abordado na CAE, no âmbito da discussão da agenda do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, bem como do Conselho Europeu de dezembro.
- **Eslováquia** (Naródna rada): ocorreram dois debates sobre a CEP na Comissão de Assuntos Europeus (um a 18 de outubro e outro a 13 de dezembro de 2017). Em geral, existe um consenso de apoio à CEP, desde que tal signifique a execução do pilar de Segurança e Defesa da UE e **não** uma alternativa à NATO.
- **Eslovénia** (Drzavni zbor e Drzavni svet): a discussão sobre a CEP ocorreu nas Comissões de Defesa e Negócios Estrangeiros, no âmbito do debate sobre a reunião

³Ligação à versão francesa dos Projetos de Resolução:

<http://www.dekamer.be/kvocr/showpage.cfm?section=/flwb&language=fr&cfm=/site/wwwcfm/flwb/flwbn.cfm?legislat=54&dossierID=2630>

<http://www.dekamer.be/kvocr/showpage.cfm?section=/flwb&language=nl&cfm=/site/wwwcfm/flwb/flwbn.cfm?legislat=54&dossierID=2655>

do Conselho de Ministros da Defesa de 13 de novembro de 2017. A documentação referente ao tema é “restrita”, pelo que não pode ser partilhada.

- **França** (Assembleia Nacional): a CAE analisou a decisão do Conselho, a 19 de dezembro de 2017, num [debate](#) com a Ministra-adjunta do Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros, responsável pelos Assuntos Europeus, Nathalie Loiseau.
- **Irlanda** (Houses of the Oireachtas): ocorreram diversos debates em ambas as câmaras do Parlamento irlandês, quer no Plenário, quer na Comissão Conjunta de Negócios Estrangeiros, Comércio e Defesa. A página web do Parlamento contém [11 páginas de informação](#) que referem a CEP.
- **Itália** (Câmara dos Deputados + Senado): a 14 de dezembro de 2017 ocorreu um [debate](#) entre o Governo e as Comissões de Negócios Estrangeiros e Defesa de ambas as Câmaras.
- **Letónia** (Saeima): o Parlamento foi informado previamente e, como habitualmente, a CAE emitiu uma posição nacional quanto à adesão à CEP, antes do Conselho de dezembro. A informação é de acesso limitado. A Comissão também apoiou a intenção de participação do país no projeto de simplificação e padronização dos processos de movimentos transfronteiriços - Projeto de Mobilidade Militar.
- **Malta** (House of Representatives): o Primeiro-ministro referiu-se à CEP a 18 de dezembro de 2017, no âmbito do debate sobre o Conselho Europeu de dezembro. De referir, que Malta não participa na CEP.
- **Polónia** (Sejm): ocorreu um debate com as Comissões de Assuntos Europeus e de Defesa a 6 de fevereiro. A CEP foi considerada positiva, devendo propiciar um desenvolvimento sustentado da Indústria de Defesa Europeia. Foi ainda considerado essencial a coordenação com a NATO.
- **Reino Unido** (H.of Lords): a Subcomissão de Assuntos Externos analisou a Decisão do Conselho a 11 de janeiro, bem como a posição do Reino Unido (R.U.) sobre a CEP. Foi enviada uma [lista de perguntas ao Governo](#). De referir, que o R.U. não participa na CEP.
- **Roménia** (Senado): após a adoção da CEP pelo Conselho, ocorreu um debate na CAE.

- **Suécia** (Riksdag): a 5 de dezembro de 2017 a Comissão de Negócios Estrangeiros e Defesa realizou um debate com o Ministro da Defesa. Nesse mesmo dia, foi enviado ao Parlamento informação sobre o Plano Nacional de Implementação. No dia seguinte, 6 de dezembro, o Parlamento sueco debateu e aprovou (em Plenário) os termos de participação da Suécia na CEP.

Não tinham qualquer debate (efetuado ou agendado) sobre a CEP **6 Câmaras de 5 EM**: Áustria (as duas câmaras), na medida em que a adoção da CEP coincidiu com um período pós-eleitoral, Bélgica (Senado), Chipre, Lituânia e Reino Unido (H. of Commons).

As restantes Câmaras não responderam.⁴

4. Ponto de situação sobre os Planos de Implementação Nacionais

Conforme referido na introdução, este ponto de situação resultou de um questionário lançado pela subscritora da presente Nota, no qual se pretendia apurar se os restantes Pn tinham sido informados sobre os Planos de Implementação Nacionais (PIN). Em caso afirmativo, pretendíamos ainda saber se a informação era pública ou confidencial e acessível através de algum *website*. A situação aqui refletida reporta a **20 de fevereiro de 2018** e é a seguinte:

Obtivemos resposta de 20 Câmaras de 18 EM, verificando-se que **tinham debatido os respetivos PNI apenas 7 Parlamentos nacionais**. Ainda assim, nem todos receberam cópia do documento. Em geral, a informação é confidencial e de acesso limitado, com exceção da Finlândia e da Holanda, onde é possível aceder aos respetivos PNI através da internet.

- **Alemanha** (Bundestag): o Parlamento foi informado sobre o PNI. A informação não é pública.
- **Eslovénia** (Drzavni zbor): o Parlamento foi informado do PNI, mas o documento é de acesso restrito.
- **Finlândia** (Eduskunta): o Parlamento finlandês foi informado sobre o PNI, cuja [versão inglesa](#) se encontra publicado na página web do Parlamento. As Comissões de

⁴ Não responderam: As duas câmaras do Parlamento checo; o Parlamento da Estónia; o Parlamento finlandês; o Senado francês; o Bundesrat alemão; os Parlamentos helénico, húngaro, croata e luxemburguês; o Senado polaco; Câmara dos Deputados romena; a Câmara dos Lordes; o Senado polaco e as duas câmaras do Parlamento espanhol

Negócios Estrangeiros e de Defesa foram informadas sobre todos os contornos da CEP, mas os detalhes ainda são poucos. A atitude geral face à CEP é positiva.

- **Holanda** (Senado): o Senado holandês recebeu o PNI a 11 de dezembro de 2017. A informação é pública e pode ser acedida, quer através da página web do Senado, quer nas publicações oficiais do Governo (Overheid.nl), que serve de guia para todas as intuições holandesas e respetiva documentação na internet.
- **Itália** (C. Deputados + Senado): durante a reunião de 14 de dezembro (v. ponto 3, *supra*) foi abordado, pelo Ministro da Defesa, o conteúdo do PNI. O documento não foi entregue ao Parlamento e não é público.
- **Letónia** (Saeima): a CAE está na posse do PNI, mas o documento não foi objeto de debate. Trata-se de um documento reservado. O Ministro da Defesa informou estar na posse dos PNI dos restantes EM, mas não os partilhou, referindo que muitos deles tinham indicação de confidencialidade.
- **Suécia** (Riksdag): o PNI foi entregue ao Parlamento, mas não é público.

Não receberam o PNI, nem o debateram, os Pn dos seguintes EM: Áustria (as duas Câmaras); Bélgica (as duas Câmaras); Estónia; Grécia; Hungria; Lituânia; Roménia (C. dos Deputados); Eslováquia;

De igual forma, recebemos respostas negativas da Dinamarca, Malta e R.U. (H. of Commons) que, obviamente, não têm um PNI, uma vez que não participam na CEP.

Não obtivemos respostas das restantes Câmaras. ⁵

⁵ Não responderam: AN da Bulgária; o Parlamento cipriota; as duas câmaras dos Paramentos checo, francês, polaco, espanhol e irlandês; o Bundesrat alemão; o Parlamento húngaro; o Parlamento do Luxemburgo; o Parlamento croata; o Senado romeno; e a Câmara dos Lordes do R.U.

5. Conclusão

Compulsadas as respostas aos três questionários, cujos pontos de situação reportam, respetivamente, a novembro de 2017 e fevereiro de 2018, podemos concluir o seguinte:

- O tema da CEP - designadamente os seus contornos e respetivas implicações nacionais - foi informado e debatido em pelo menos uma câmara parlamentar de 18 EM (incluindo os 3 EM que decidiram não participar).
- Os modelos de debate, bem como as respetivas datas (antes ou depois da notificação de participação na CEP ao Conselho e à Alta Representante) variam, estando o tema a ser acompanhado, maioritariamente, em sede das comissões competentes em razão da matéria.
- No que concerne aos PNI, a maioria não foi debatida, nem é do conhecimento dos Pn.
- Nas 7 Câmaras Parlamentares onde os respetivos PNI foram tema de debate, apenas na Finlândia e na Holanda os documentos são de acesso público.
- Não responderam a nenhum dos três questionários 10 Câmaras Parlamentares de 9 EM: o Bundesrat alemão; os Senados checo, francês e polaco; o Parlamento espanhol (nenhuma das Câmaras); bem como os parlamentos unicamerais da Bulgária, Hungria, Croácia e Luxemburgo.
- Resulta, assim, que não conseguimos obter qualquer informação sobre o debate parlamentar relativo à CEP em 5 EM (Espanha, Bulgária, Hungria, Croácia e Luxemburgo), na medida em que, nos restantes casos, temos sempre resposta, no mínimo, de uma das Câmaras a pelo menos um dos três questionários colocados.

Bruxelas, 23 de fevereiro de 2018

Cristina Neves Correia